

ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01



(CFESS Manifesta. São Paulo, 2009.)

Há 30 anos ocorria um marco histórico fundamental na trajetória do serviço social brasileiro. Trata-se da construção do projeto ético-político profissional, síntese e continuidade do processo da “virada”. Em um período de intensa efervescência política no Brasil, com o país ainda sob a ditadura militar e uma crescente luta pela abertura democrática e por direitos, acontece um momento de marco da elaboração de propostas que se contrapõem ao conservadorismo, que se refere à(ao):

- Constituição da primeira lei que regulamentou o serviço social no Brasil – Lei nº 3.252/1957.
- **III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, no ano de 1979, denominado “Congresso da Virada”. – OPÇÃO CORRETA**
- I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em 1947, em Belo Horizonte, a partir da elaboração do primeiro Curso de Serviço Social da PUC-SP.
- VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), na Universidade de Brasília – UnB, com o tema central do encontro intitulado “O serviço social e a questão social: direitos e cidadania”.

Questão 02

A Abepss acaba de disponibilizar um documento orientativo voltado para a construção de uma formação anticapacitista no serviço social, fruto de demandas surgidas no cotidiano universitário e elaborado por pesquisadores e pessoas com deficiência. O material aborda o capacitismo em sua relação com a exploração e opressão na sociedade capitalista, destacando a importância de políticas públicas, da superação de modelos caritativos e biomédicos, e da adoção do modelo social da deficiência.

(Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Agosto de 2025.)

Na gestão “Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente!” (2023-2024), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), foram recebidas, de forma mais sistemática, demandas por orientação sobre a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs). A ABEPSS traz a público o seguinte documento:

- Perfil de assistentes sociais com deficiência.
- Luta anticapacitista em pauta no Conselho Federal.
- **Subsídios para a formação anticapacitista em serviço social. – OPÇÃO CORRETA**
- Luta anticapacitista: parâmetros de novas orientações técnicas.

Questão 03

Neste 13 de maio, data de assinatura da Lei Áurea em 1888, que maquiou a história brasileira sobre o fim da escravidão, o Conjunto CFESS-CRESS, por meio dos seus Comitês Antirracistas, publica uma Carta Aberta sobre o compromisso da categoria de assistentes sociais no combate ao racismo. Reafirmamos nosso compromisso com os povos originários e suas 305 etnias sobreviventes ao etnocídio permanente, implementado pelo Estado brasileiro – mesmo reconhecendo o quanto ainda desconhecemos a ciência, tecnologias e o modo de vida dos povos originários.

(CFESS. Conjunto CFESS-CRESS divulgam carta aberta. Data de publicação: 13 de maio de 2024.)

O grupo formalizado de assistentes sociais e/ou profissionais da área de serviço social que se dedica a combater o racismo dentro da profissão e na sociedade, em geral, é:

- Movimento Educação Antirracista.
- Seccional de Educação Antirracista.
- Conselho Regional de Serviço Social-Antirracista.
- **Comitê Antirracista no Âmbito do Conselho Federal de Serviço Social. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 04

O projeto ético e político do serviço social, que orienta o exercício e a formação profissional, resultou de um processo histórico de construção coletiva. Esse processo apreendeu também as lutas do movimento estudantil representado pelo conjunto de CAs e DAs (Centros e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino). Esses espaços e entidades são entendidos como:

- **Instâncias político-organizativas da profissão. – OPÇÃO CORRETA**
- Instâncias de produção do conhecimento científico.
- Entidades profissionais e organizativas do serviço social.
- Matrizes teórico-metodológicas e organizativas da profissão.

Questão 05

Durante a implementação da reforma psiquiátrica no Brasil, observou-se a expansão dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e de outros serviços substitutivos, acompanhada da redução progressiva de leitos em hospitais psiquiátricos. Entretanto, pesquisadores e profissionais apontam contradições nesse processo. Com base na análise crítica sobre a reforma psiquiátrica brasileira e seus desafios de consolidação, assinale a alternativa que expressa corretamente essa compreensão.

- A criação dos CAPS e a redução das internações psiquiátricas foram fruto direto da crítica social e da participação popular organizada nos Conselhos e Conferências de Saúde.
- A política de saúde mental se estruturou essencialmente pela pressão dos movimentos sociais, assegurando que a lógica territorial fosse integralmente efetivada na rede de atenção.
- O processo de desospitalização consolidou a lógica comunitária e territorial da atenção psicossocial, garantida pela mobilização popular e pelo protagonismo dos Conselhos de Saúde.
- **A reforma psiquiátrica foi impulsionada sobretudo por novos modelos de financiamento federal, que incentivaram a desospitalização e a implantação de CAPS, mesmo em cenários de gestão centralizada e baixa efetividade da participação social. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 06

Em determinado município, o Conselho Municipal de Saúde registrou baixa participação de usuários e familiares nas reuniões sobre saúde mental. Apesar de o espaço ser garantido legalmente, os representantes relataram que a pauta era muitas vezes dominada por gestores e técnicos, o que resultava em decisões pouco conectadas às demandas concretas dos serviços e territórios. Considerando a análise crítica, expressa uma compreensão adequada sobre o papel da participação social no processo de consolidação da reforma psiquiátrica:

- A efetividade da participação social está assegurada apenas pela previsão legal dos Conselhos de Saúde, não sendo necessário o envolvimento ativo dos usuários e familiares.
- **A participação social, mesmo com limites institucionais, constitui ferramenta estratégica para disputar sentidos na política de saúde mental, fortalecendo práticas democráticas e inclusivas. – OPÇÃO CORRETA**
- O principal objetivo da participação social é validar as diretrizes do Ministério da Saúde, considerando o espaço para questionamentos ou tensionamentos por parte da sociedade civil.
- A atuação nos Conselhos e Conferências de saúde deve ser restrita aos profissionais de saúde e gestores, já que são os atores com maior conhecimento técnico para deliberar sobre políticas públicas.

Questão 07

A análise da vulnerabilidade social das pessoas em situação de rua evidencia tensões entre os marcos normativos de proteção, as práticas institucionais; e os discursos que circulam na sociedade. Essas tensões repercutem diretamente na efetivação da dignidade humana e dos direitos da personalidade. Considerando essa discussão e, ainda, os desafios atuais da política pública voltada à população em situação de rua no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A coexistência de um marco normativo de direitos com práticas de estigmatização e criminalização indica contradições estruturais que limitam a materialização da dignidade da pessoa humana. – **OPÇÃO CORRETA**
- A efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua tem garantido, de forma homogênea e universal, acesso integral a direitos sociais e superação das vulnerabilidades históricas.
- A consolidação dos direitos dessa população ocorre de maneira automática a partir da existência de dispositivos legais, não havendo influência das relações de poder, da cultura institucional e dos discursos sociais.
- O enfrentamento da vulnerabilidade social da população em situação de rua depende exclusivamente da ampliação de abrigos emergenciais, sem necessidade de articulação intersetorial com saúde, assistência e direitos humanos.

Questão 08

Um município brasileiro, diante do aumento da população em situação de rua, decide reformular suas políticas de saúde e assistência social. No debate entre gestores e profissionais, emergem diferentes concepções de vulnerabilidade: alguns a associam estritamente à ausência de renda, enquanto outros defendem uma compreensão mais ampla, incluindo fragilidades relacionais e desigualdades de acesso a bens e serviços públicos. Diante dessa controvérsia, a formulação da política precisa se apoiar em referenciais teóricos consistentes para não reduzir o conceito a uma visão simplista. Considerando o debate conceitual sobre vulnerabilidade social, sobre os sentidos de vulnerabilidade no campo das políticas públicas de saúde e assistência social, assinale a afirmativa correta.

- O uso do conceito de vulnerabilidade representa apenas uma estratégia retórica, sem implicações práticas na organização da seguridade social e na efetivação de direitos de cidadania.
- A vulnerabilidade é reduzida à condição natural do ser humano, o que implica em considerar que todos os sujeitos estão igualmente expostos, independentemente de seus contextos sociais.
- O conceito de vulnerabilidade, ainda que impreciso, contribui para ampliar a análise dos determinantes sociais que afetam a cidadania, incorporando dimensões individuais, coletivas e institucionais. – **OPÇÃO CORRETA**
- A vulnerabilidade deve ser entendida exclusivamente como sinônimo de risco, já que ambos remetem à mesma lógica de exposição a danos, não havendo distinção relevante para a formulação de políticas públicas.

Questão 09

Durante reunião no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município de médio porte, a equipe técnica recebeu o caso de uma família composta por uma mãe solo, dois filhos em idade escolar e um avô idoso dependente de cuidados. A família vive em situação de extrema pobreza, sem acesso a serviços de saúde regulares e em risco de perder a moradia em razão de despejo iminente. Diante da gravidade da situação, a equipe identificou múltiplas vulnerabilidades: pobreza; risco de violação de direitos das crianças; ausência de rede de apoio comunitária; e dependência de cuidados do idoso. Com base nos princípios e níveis de proteção social do Sistema Técnico de Assistência Social (SUAS), neste caso, a rede socioassistencial deverá:

- Garantir apenas a matrícula escolar das crianças e encaminhar a mãe ao SINE, local para busca de emprego, uma vez que a inclusão produtiva é a principal estratégia de superação da vulnerabilidade social.
- Encaminhar exclusivamente a família para benefícios eventuais, como auxílio-aluguel e cestas básicas, sem articulação com outros serviços ou políticas setoriais, visto que o SUAS atua prioritariamente por benefícios diretos.
- Realizar atendimento pontual por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), apenas para tratar a questão do despejo, pois o risco habitacional não exige acompanhamento contínuo no âmbito da proteção social.
- Inserir a família no Cadastro Único e articular o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para o idoso, além de incluir o grupo no acompanhamento do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), visando ao fortalecimento de vínculos e à proteção social básica. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 10

Durante a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), gestores e conselheiros debatem quais grupos e situações devem compor o público prioritário da Política de Assistência Social. Alguns defendem que a seleção deve se basear apenas na renda declarada, enquanto outros argumentam que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atua sobre múltiplas dimensões da vulnerabilidade e do risco social, indo além do critério econômico. À luz da legislação sobre os direitos sociais, melhor traduz o público e os problemas enfrentados que fundamentam a ação da proteção social no SUAS:

- Cidadãos em vulnerabilidade por motivos financeiros, com atendimento restrito a benefícios eventuais, sem previsão de serviços continuados ou de acompanhamento familiar sistemático.
- Apenas famílias com renda inferior a um quarto do salário mínimo *per capita*, independentemente de outras vulnerabilidades, priorizando exclusivamente benefícios financeiros de caráter temporário.
- Grupos com inserção precária no mercado formal de trabalho, sendo a assistência social responsável apenas por ações de qualificação profissional e intermediação de emprego, em articulação com o sistema SINE.
- **Famílias e indivíduos em situação de pobreza e vulnerabilidade, beneficiários de programas de transferência de renda como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência, idosos e povos e comunidades tradicionais. – OPÇÃO CORRETA**

O caso hipotético contextualiza as questões **11** e **12**. Leia-o atentamente.

MKL é assistente social de uma prefeitura municipal no interior de Minas Gerais e prestará uma prova para estagiar no Tribunal de Justiça do estado (TJMG). Mesmo já reconhecido em sua área na região onde morava, mudou-se para Belo Horizonte, a fim de ter novos desafios e dar continuidade em sua jornada de pós-graduação, ao finalizar o estágio. MKL, que estava recém-divorciado e não tinha filhos, solicitou duas licenças seguidas – a primeira, uma licença prêmio e depois, licença para tratar de interesses particulares. Sendo aprovado, MKL passou a compor a equipe de estágio de pós-graduação do TJMG, tendo como supervisora DRS, uma colega mais jovem, aprovada no último concurso público do órgão. Nos encontros de grupos de estudos, toda a equipe de estágio (graduação e pós-graduação) discute os casos com os respectivos supervisores; no entanto, nota-se certa animosidade de MKL com sua supervisora, principalmente quando ela propõe correções aos pareceres ou novas perspectivas de avaliação dos indicadores de um estudo social, por exemplo. DRS, incomodada com o comportamento do estagiário, busca diálogo com ele, que não a recebe bem. Então, sentindo-se ofendido e constrangido, ele aciona o Conselho Regional do Serviço Social (CRSS) para receber orientações. O CRESS-MG, propondo uma ação coletiva de sensibilização e conscientização, promoveu um encontro para exposição e debate sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social e a Política Nacional de Estágios da ABEPSS. Após o encontro, MKL escreveu uma nota para o CRESS que dizia que não havia sido contemplado e exigia que a supervisora fosse convocada para as advertências previstas nas legislações da profissão. Quando o CRESS, em oitiva da supervisora DRS, constatou que ela também havia feito encaminhamentos para os seus superiores sobre o comportamento de MKL, ficou claro que algumas situações não foram descritas exatamente como o estagiário alegou. Em documentos da supervisora, foram verificadas notas quanto ao acompanhamento dos atendimentos e entrega de atividades. A assistente social coordenadora-geral do programa de estágio do TJMG convocou o estagiário, que respondeu: “Tendo mais experiência que a supervisora, posso atender sozinho, de portas abertas e entregar meu relatório sem as sugestões de correção”. Com esse impasse, a supervisora preferiu realizar a troca de grupo de orientação e, também, solicitou retratação por parte do colega junto ao TJMG e ao Conselho Regional da profissão.

Questão 11

Sabe-se que o serviço social dispõe de um arcabouço legal formado pelo Código de Ética, Lei Regulamentadora da Profissão, Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS (incluindo a Política Nacional de Estágios), Resoluções do Conselho Federal, entre outros. Considerando caso hipotético, analise as afirmativas a seguir.

- I. Dentre as normativas, tratar das questões curriculares e a Política Nacional de Estágios da ABEPSS em formato coletivo foi uma estratégia pertinente para instruir e atualizar todos os profissionais, fossem estagiários ou supervisores.
- II. Quando DRS dialogou com MKL sobre o contexto, ela se fez valer do art. 21 do Código de Ética, cumprindo com seus deveres de informar, esclarecer e orientar os estudantes na supervisão quanto aos princípios e normas contidas no código.
- III. MKL deveria ter acionado direto o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), já que o art. 8º da Lei da Regulamentação da Profissão prevê que o CFESS tem como uma de suas atribuições o Tribunal Superior de Ética Profissional.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III.
- **I e II, apenas. – OPÇÃO CORRETA**
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

Questão 12

Diante da situação hipotética, nota-se que MKL também infringiu leis que balizam o exercício profissional. Além das questões do relatório, qual das normativas versa sobre as questões éticas infringidas por MKL?

- **Resolução CFESS nº 493/2006**, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social; MKL deveria manter sigilo nos atendimentos, realizando-os com portas fechadas. – **OPÇÃO CORRETA**
- Resolução CFESS nº 556/2009, que instituiu procedimentos para lacração de materiais técnicos e técnico-sigilosos; MKL não lacrou o material dos relatórios.
- Resolução CFESS nº 1.084/2024, que dispõe sobre a laicidade na profissão; MKL não conseguiu ser imparcial nos seus atendimentos.
- Resolução CFESS nº 1.098/2025, mais conhecida como nº 556/2009 atualizada; MKL não descartou o material dos relatórios de forma correta.

O caso hipotético contextualiza as questões 13 e 14. Leia-o atentamente.

Em 2022, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) realizou a seguinte publicação: “Produção de documentos e emissão de opinião técnica em serviço social”. Nessa brochura, os itens três e quatro são de enorme relevância, pois tratam dos: a) Processos metodológicos de trabalho: particularidades da profissão; e b) Instrumentos e técnicas: procedimentos e opinião profissional (oral), respectivamente. Atento às novas diretrizes e atualizações, JF, servidor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ocupante do cargo assistente social e supervisor de estágio da pós-graduação em serviço social, sugere a leitura da publicação aos novos estagiários. Em uma das tardes de discussão de casos, a equipe do serviço social e seus estagiários apresentam desafios e estratégias para abordagem, condução e emissão de opinião técnica. Dentre as apresentações se destacaram:

1. DR, homem, branco, 75 anos, servidor público, recém-aposentado do Poder Legislativo Estadual, compareceu ao TJMG acompanhado de seu filho e nora. Mostrando-se orientado e lúcido, ele explicou aos profissionais que o atenderam que trouxera os familiares para que fossem sensibilizados sobre a sua decisão de se casar com a namorada de sessenta anos. Preocupados, o filho único e a nora ameaçaram interditar o pai e ele, conhecedor das legislações que o protege, foi ao Judiciário garantir que fossem resguardados os seus direitos.

2. MG, mulher, parda, mãe de três filhos, em situação de refugiada de país latino, vê-se em situação de trabalho análogo à escravidão. Mesmo atendida pelo Ministério do Trabalho após ação de fiscalização, ela busca, através do TJMG, formas de garantir a proteção e a sobrevivência própria e de sua família. O defensor público solicita atendimento especializado e encaminhamentos para o sistema de proteção às testemunhas.

Questão 13

O CFESS considera seis metodologias ou intervenções: o estudo social; o estudo socioeconômico; a seleção socioeconômica; a perícia; a teleperícia; e o exame criminológico. Qual intervenção a seguir relacionada poderá ser comum aos dois casos relatados no grupo de estudos do estágio do TJMG?

- Teleperícia, pois nenhum deles têm condições de sair de seu domicílio.
- **Estudo social**, que será o ponto de partida para emissão de opinião técnica. – **OPÇÃO CORRETA**
- Estudo socioeconômico, pois só pode ser atendida a mulher do caso relatado 2.
- Exame criminológico, pois em ambos os casos foram constatadas violência física e outras violações de direitos.

Questão 14

De acordo com as metodologias ou intervenções, assinale a afirmativa correta.

- A seleção socioeconômica realizada por assistente social aparece em escassos referenciais teóricos que embasam a práxis, com destaque para as áreas da seguridade social (previdência social, saúde e assistência social) e da educação, sendo aplicado apenas ao caso 1.
- A seleção socioeconômica realizada por assistente social aparece em escassos referenciais teóricos que embasam a práxis, sem destaque para as áreas da seguridade social (previdência social, saúde e assistência social) e da educação, não podendo ser aplicado a nenhum dos casos.
- **O estudo socioeconômico realizado por assistente social aparece em grande parte dos referenciais teóricos que embasam a práxis, com destaque para as áreas da seguridade social (previdência social, saúde e assistência social) e da educação, podendo ser aplicado a ambos os casos. – OPÇÃO CORRETA**
- O estudo socioeconômico realizado por assistente social aparece em grande parte dos textos-base em grande parte dos referenciais teóricos que embasam a práxis, com destaque para as áreas da seguridade social (previdência social, saúde e assistência social) e da educação, sendo aplicado apenas ao caso 2.

Questão 15

Durante o acompanhamento de um usuário em situação de rua e com histórico de dependência química, a equipe de referência de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) identificou que, apesar da adesão parcial ao tratamento, ele não possui vínculos familiares, acesso à moradia nem inserção no mercado de trabalho. Diante da complexidade do caso, os profissionais discutem as possibilidades de reinserção social como parte essencial do projeto terapêutico singular. Com base nas diretrizes da política de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas, assinale, a seguir, a abordagem mais adequada diante dessa situação hipotética.

- A prioridade da equipe deve garantir a abstinência total do usuário, mesmo que isso exija o afastamento do convívio social e familiar, como forma de proteção e prevenção de recaídas.
- A atuação deve se centrar na responsabilização individual do usuário, reforçando a necessidade de esforço pessoal para superar a dependência como condição para acessar os demais direitos sociais.
- A equipe deve promover o encaminhamento direto para comunidades terapêuticas fechadas, garantindo a ruptura com o ambiente de risco e a posterior reintegração após o cumprimento de metas clínicas.
- **A abordagem deve articular ações intersetoriais, com foco na construção de vínculos sociais, acesso à moradia e inserção no mundo do trabalho, reconhecendo a complexidade da reinserção como parte da atenção integral. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 16

O uso ou abuso de drogas lícitas e ilícitas tem aumentado substancialmente nos últimos anos. De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas de 2012, 3,4% a 6,6% da população mundial com idade entre 15 e 64 anos faz uso dessas substâncias. Diante de tal cenário alarmante, as políticas públicas voltadas à atenção e reinserção social de usuários de substâncias psicoativas assumem um desafio. Com base nos princípios e desafios da atenção psicossocial voltada à reinserção social de pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A reinserção social é um eixo estruturante da política de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas, devendo ser pensada de forma articulada às políticas públicas de trabalho, moradia e assistência social.
- () O atendimento em CAPS AD deve priorizar abordagens clínica e medicamentosa, evitando o envolvimento com outras áreas como cultura, lazer ou geração de renda, para manter o foco terapêutico.
- () A rede de atenção psicossocial deve ser organizada de forma intersetorial, considerando a singularidade dos sujeitos e suas trajetórias, promovendo estratégias de cuidado que respeitem a autonomia do usuário.
- () A internação prolongada em comunidades terapêuticas é o principal instrumento recomendado para garantir a reinserção social do usuário, conforme diretrizes da política nacional.
- () A construção do projeto terapêutico singular deve envolver o usuário como sujeito ativo do processo, integrando ações clínicas, sociais e culturais voltadas à reconstrução de vínculos e cidadania.

A sequência está correta em

- **V, F, V, F, V. – OPÇÃO CORRETA**
- F, F, V, V, F.
- V, V, F, F, V.
- F, V, F, V, F.

Questão 17

Durante a elaboração do plano municipal de atenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas, uma equipe técnica propôs a adoção prioritária de um modelo terapêutico fundamentado na internação e na abstinência como condição para acesso a programas sociais. Parte dos profissionais manifestou preocupação com a proposta, defendendo a necessidade de diversificação das estratégias e de incorporação de práticas vinculadas à rede de atenção psicossocial. Com base no debate contemporâneo sobre os modelos de abordagem ao uso de substâncias e nas críticas aos paradigmas unicausais de tratamento, trata-se de uma compreensão fundamentada teoricamente:

- A priorização da internação como principal medida terapêutica se alinha aos princípios da reforma psiquiátrica brasileira e reforça a centralidade da atenção psicossocial em rede, com base na lógica de cuidado territorializado.
- A dependência química, por ser condição clínica de base orgânica e previsibilidade evolutiva, deve ser tratada exclusivamente no campo biomédico, por meio de abstinência compulsória e isolamento terapêutico prolongado.
- **A concepção unicausal de dependência tende a reduzir o fenômeno a uma origem singular, frequentemente moral ou biomédica, negligenciando os múltiplos determinantes sociais, culturais e subjetivos que incidem sobre o uso de substâncias. – OPÇÃO CORRETA**
- A hegemonia dos modelos intersetoriais e de redução de danos como resposta única à dependência química reforça uma concepção despolitizada e individualista, incompatível com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da saúde coletiva.

Questão 18

De acordo com Alarcon, Belmonte e Jorge (2005), “o campo de atenção ao dependente químico é composto por diferentes atores sociais que, com estratégias específicas, buscam hegemonia na definição das práticas e políticas públicas voltadas ao tema”. Cada um desses atores traz uma concepção distinta sobre a dependência química e seus modos de enfrentamento. É considerado um conjunto de atores que atuam no campo da atenção ao dependente químico e disputam espaço na formulação e condução das políticas públicas:

- As empresas farmacêuticas; os sindicatos de trabalhadores urbanos; e as ONGs ambientalistas, por suas contribuições diretas ao campo terapêutico da dependência.
- Os centros de controle de zoonoses; os conselhos de tutela; e as entidades que coordenam ações de assistência técnica agrícola, por sua atuação nas causas estruturais da dependência.
- As organizações da sociedade civil antiproibicionistas; os centros de pesquisa em neurociência; e os representantes do agronegócio, enquanto polos dominantes das políticas de reabilitação.
- Os grupos religiosos com atuação em comunidades terapêuticas; os profissionais da saúde mental vinculados à Reforma Psiquiátrica; e os formuladores de políticas públicas baseadas em segurança e repressão ao tráfico. – **OPÇÃO CORRETA**

O caso hipotético contextualiza as questões 19 e 20. Leia-o atentamente.

O setor de serviço social do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) recebe muitos processos relacionados às pessoas com transtorno mental. São casos de interdição (tutela e curatela); medicalização compulsória; e destituição do poder familiar. Para facilitar a leitura, a relatoria e a escolha das estratégias de intervenção profissional, a equipe se utiliza de debates com os estagiários da pós-graduação. Com isso, foi criado o projeto “Conhecer para acolher”, que tem como foco a atuação na área da atenção à pessoa com transtorno mental. Dos últimos casos mais complexos, uma das apresentações se destacou: – Vizinhos denunciaram um casal por conta de ouvir gritos de uma idosa, de 65 anos, sem ter conhecimento de que a senhora, além de bipolaridade, foi diagnosticada recentemente com demência. A assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) foi acionada e, sem ter acesso ao casal, narrou os fatos da denúncia apenas. Com isso, o caso foi levado às autoridades e a defensoria pública solicitou parecer do serviço social do TJMG. A assistente social do TJMG e sua estagiária da pós-graduação fizeram novo contato com o casal e solicitaram disponibilidade para uma visita domiciliar, a fim de conhecer o cotidiano da família. Chegando o dia e a hora da visita, a servidora e a estagiária entenderam que não se tratava de um caso de maus-tratos ou violação de direitos, e sim das condições de saúde mental da senhora que emitia os gritos devido à sua condição de saúde mental. A filha da idosa, muito constrangida com a situação, disse que dividia os cuidados da mãe com o esposo e que não dispunham de condições de contratar uma cuidadora. Tal situação fez com que ela se organizasse na rotina de trabalho e contasse com o companheiro para preparar a alimentação da mãe, que estava com dificuldades de deglutição e necessitava ter suas refeições na forma pastosa.

Questão 19

De acordo com a atenção à pessoa com transtorno mental, analise as afirmativas a seguir.

- I. A assistente social do CREAS direcionou corretamente o caso às autoridades, para evitar violação de direitos de pessoa com transtorno mental.
- II. A visita domiciliar cumpriu com o seu objetivo, sendo fundamental para conhecer o cotidiano familiar, tendo em vista ponderar possíveis encaminhamentos ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).
- III. De forma interdisciplinar, CREAS e TJMG foram essenciais nas orientações da família, como, por exemplo, no entendimento de que a filha deveria realizar a interdição da mãe, para que fossem garantidos os seus direitos.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III. – **OPÇÃO CORRETA**
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

Questão 20

Após relatoria e esclarecimentos da denúncia, a família continuou a ser acompanhada pelo serviço social do TJMG que, em um segundo momento, orientou a filha da idosa a procurar serviços e ações específicas para o caso. Nesse contexto, o melhor encaminhamento, considerando os serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), seria para:

- Equipes de consultório na rua.
- Leitos de saúde mental em hospital.
- Centro de Referência de Assistência em Saúde (CRAS).
- **Equipes Multiprofissionais de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT). – OPÇÃO CORRETA**

LÍNGUA PORTUGUESA

IA no Judiciário: superassistente de redação e aliada na busca por coerência

No debate cada vez mais intenso sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na atividade jurisdicional, é preciso recusar os extremos – tanto o entusiasmo ingênuo quanto o ceticismo paralisante. A IA, quando compreendida com responsabilidade, não é juíza, não é parte, não é intérprete moral. É, antes de tudo, uma superassistente de redação: precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.

Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, não o fazem por desprezo irracional à técnica, mas por desconfiança epistemológica. Argumentam que há uma tendência perigosa entre os entusiastas da IA de ignorar os paradigmas fundantes da filosofia do Direito, como o embate entre cognitivismo e não cognitivismo, ou os conflitos entre conceitos como verdade correspondencial e livre convencimento motivado. Essa crítica é válida – e deve ser levada a sério.

Mas ela não esvazia o valor prático da IA como ferramenta de apoio. Ao contrário: se bem programada, auditável e alimentada por fontes qualificadas, a IA pode colaborar com o ideal que muitos desses mesmos filósofos tanto prezam – a coerência e a integridade no Direito, como nos ensina Dworkin com seu juiz Hércules.

Afinal, que prejuízo real à integridade da decisão haveria se a IA nos oferece, com rapidez exponencial, acesso à jurisprudência, doutrina e legislação, ajudando-nos a enxergar o que talvez o cansaço ou o volume processual nos fariam deixar passar? O que ela entrega não é solução automática – é clareza, organização e amplitude. Não é substituição – é reforço.

Mais do que isso: a IA pode ser instrumento para corrigir deficiências estruturais que já marcam a prática forense cotidiana. Quantas decisões carecem de fundamentação adequada? Quantas petições repetem fórmulas sem articulação lógica entre os pedidos e os argumentos? Nesse cenário, a IA não apenas auxilia o julgador, mas também contribui para elevar o nível técnico da atividade dos próprios operadores do Direito, oferecendo modelos mais bem estruturados, alertando para omissões e sugerindo padrões argumentativos consistentes.

É verdade que a IA “não estudou cinco anos”, como se diz, mas é igualmente verdadeiro que foi alimentada com séculos de produção intelectual humana – inclusive com os 2.500 anos de filosofia que alguns acreditam estarem sendo desprezados. Isso não a torna melhor que o ser humano, tampouco apta a decidir. Apenas a torna útil. Potente. Uma aliada.

O problema, portanto, não está na ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz. Isso seria, de fato, um erro. A IA não interpreta, não pondera, não responsabiliza. Ela apenas oferece, ao julgador, o que todo bom profissional precisa: um arsenal confiável de informações, ordenadas com coerência.

Não deixa de ser curioso que muitos dos que mais criticam a IA também já deslegitimam, por princípio, a atuação judicial contemporânea. Como esperar, então, que acolham bem uma ferramenta que, ironicamente, pode fortalecer o que há de melhor no ofício de julgar?

Por isso, sigo afirmando: a IA não entrega decisões, mas contribui para sua fundamentação. Ajuda a evitar omissões, a reduzir contradições, a alinhar decisões a um padrão jurisprudencial. Como toda boa ferramenta, não pensa por você, mas pode pensar com você. E isso, em um mundo cada vez mais saturado de volume e urgência, é uma virtude.

(Clóvis Moacyr Ramos – Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Revista JC, 10 de setembro de 2025.)

Questão 21

Acerca do título do texto, pode-se afirmar que:

- Identifica-se uma proposição seguida de afirmação.
- **É possível identificar posicionamento específico do enunciador acerca do tema apresentado. – OPÇÃO CORRETA**
- O emprego generalizado da referência à expressão “IA” indica a abrangência e atualidade do tema.
- O exagero no emprego da expressão “superassistente” indica uma quebra de expectativa mediante o uso da linguagem formal.

Questão 22

No 1º§ do texto, considerando a pontuação de acordo com a norma padrão da língua, pode-se afirmar que:

- O travessão poderia ser substituído, sem prejuízo gramatical, por dois pontos. – OPÇÃO CORRETA
- A primeira ocorrência de vírgula do parágrafo exemplifica uma inadequação gramatical, já que separa sujeito e predicado.
- Caso a expressão “[...] quando compreendida com responsabilidade, [...]” fosse excluída, a vírgula após a expressão “A IA” seria mantida.
- O segmento “[...] precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.” demonstra o emprego de vírgulas para separar elementos que têm diferentes funções sintáticas.

Questão 23

O segmento “[...] quando compreendida com responsabilidade [...]” (1º§) indica, no contexto, que:

- A compreensão só é possível quando atrelada à responsabilidade.
- Há oposição às negativas apresentadas em “[...] não é juíza, não é parte, não é intérprete moral.” (1º§).
- A compreensão de assuntos referentes à tecnologia depende da responsabilidade de quem a pratica.
- Há um pressuposto para que a IA seja reconhecida com as características enumeradas em “[...] precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.” (1º§). – OPÇÃO CORRETA

Questão 24

Pode-se afirmar que apresenta marca linguística que evidencia a voz do enunciador do texto, o trecho destacado em:

- “Mas ela não esvazia o valor prático da IA como ferramenta de apoio.” (3º§)
- “Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, [...]” (2º§) – OPÇÃO CORRETA
- “Argumentam que há uma tendência perigosa entre os entusiastas da IA de ignorar os paradigmas fundantes da filosofia do Direito, [...]” (2º§)
- “Ao contrário: se bem programada, auditável e alimentada por fontes qualificadas, a IA pode colaborar com o ideal que muitos desses mesmos filósofos tanto prezam [...]” (3º§)

Questão 25

Em “Afinal, que prejuízo real à integridade da decisão haveria se a IA nos oferece, [...]” (4º§), haverá correção gramatical e preservação do sentido original se:

- O acento grave for omitido.
- O termo “que” for substituído por “cujo”.
- O termo “Afinal” for substituído por “Todavia”.
- A expressão “prejuízo real” for substituída por “real prejuízo”. – OPÇÃO CORRETA

Questão 26

Em “Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, não o fazem por desprezo irracional à técnica, mas por desconfiança epistemológica.” (2º§):

- Os termos destacados exercem função sintática equivalente.
- A conjunção adversativa introduz uma possibilidade para a fundamentação da crítica referida.
- É possível reconhecer que uma das orações exerce função sintática equivalente a do objeto direto.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas. – OPÇÃO CORRETA

Questão 27

Dentre as afirmativas a seguir, assinale a que apresenta forma adequada de reescrita com a manutenção do sentido original, considerando o segmento *“O problema, portanto, não está na ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz.”* (7º§).

- Imaginar que a IA, virá para substituir a atividade intelectual do juiz, é uma questão própria de quem a teme.
- O problema, portanto, não está na ferramenta, mas sim em quem a teme ao imaginar que: a IA virá para substituir a atividade intelectual de um juiz.
- **O problema, logo, não está na ferramenta, senão no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz. – OPÇÃO CORRETA**
- Sabendo-se que o problema não está relacionado a ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz.

Questão 28

A expressão destacada em *“No debate cada vez mais intenso sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na atividade jurisdicional, é preciso recusar os extremos – tanto o entusiasmo ingênuo quanto o ceticismo paralisante.”* (1º§) não foi empregada de acordo com a norma padrão da língua em:

- **É preciso os documentos para o cadastro. – OPÇÃO CORRETA**
- É preciso qualidades de modelo para o trabalho.
- É preciso consciência para decidir corretamente.
- É preciso planos estratégicos para que a vitória seja alcançada.

Questão 29

A referência feita a *“[...] Dworkin com seu juiz Hércules.”* (3º§) indica:

- Sustentação para as críticas à IA.
- Contexto literário como quebra de expectativa.
- **Argumento que referencia a expressão anterior. – OPÇÃO CORRETA**
- Comprometimento da linguagem utilizada no texto.

Questão 30

Quanto à predominância de tempos verbais utilizado no texto, pode-se afirmar que:

- Não há predominância de tempo verbal, mas sim uma variação que atende ao desenvolvimento do texto.
- O futuro do presente do indicativo, como tempo predominante, tem como função indicar uma previsão diante do avanço da IA.
- O presente do indicativo é o tempo verbal predominantemente utilizado, indicando ações pontuais e realizadas no momento da enunciação.
- **O presente do indicativo é o tempo verbal predominantemente utilizado e seu emprego indica, principalmente, a atualidade das ações expressas. – OPÇÃO CORRETA**